

ATENAS, JERUSALÉM E A CIDADE DIGITAL

GILSON SCHWARTZ¹

Resumo

A tripla revolução informática, telemática e rizomática que marca a emergência da sociedade em rede, da economia da informação e da globalização do conhecimento é a fronteira mais avançada e intangível da transformação urbana contemporânea. O desafio é enxergar na malha urbana material existente as pontes feitas de redes imateriais que abrem caminho para novas cidadanias (e também vilanias). Navegar e reconstruir os espaços urbanos pela sua articulação com espaços e tempos virtuais e digitais é hoje uma questão de vida e morte seja para o indivíduo diante da inevitável “inclusão digital”, seja para empresas, organizações públicas e da sociedade civil cuja sustentabilidade depende das competências criativas que são capazes de articular para navegar a internet. Há em todo o mundo numerosos defensores de novas abordagens para pesquisar, medir e analisar os efeitos da digitalização. Essas “cidades de conhecimento”, “cidades inteligentes” (“smart cities”) ou ainda “cidades criativas” (“creative cities”) surgem não apenas diante de nós mas em nós, pois são diuturnamente o efeito da nossa própria interação (ou servidão?) voluntária por meio de celulares, caixas automáticos, controles de TV digital, blogs e re-

des sociais, pedágios digitalizados, geladeiras informatizadas e cada vez mais coisas, reais ou digitais.

Palavras-Chave: Inclusão Digital, Cidades Inteligentes, Iconomia, Desenvolvimento Local, Internet das Coisas

Abstract

The triple revolution that promotes the convergence of computing, telematics and rhizomatic connections marks the emergence of the network society, the information economy and the globalization of knowledge as the most advanced and intangible frontier of contemporary urban transformation. The challenge is to see the urban fabric as a material cause for a bridges made of immaterial networks that pave the way for new citizenships (as well as vices). To browse and rebuild urban spaces by their articulation with spaces and times digital is now a matter of life and death for the individual in the face of inevitable “digital inclusion” as for businesses, public organizations and civil society whose sustain-

ability depends on creative skills to articulate and surf the internet. There are numerous advocates of new approaches to the research, measurement and analysis of the effects of digitization. These “knowledge cities”, “smart cities” or “creative cities” arise not only in front of us but are made out of our own interactions (or servitude?) through mobile phones, ATMs, digital TVs, blogs and social networks, digitized tolls, computerized refrigerators and a growing maze of things, signs and beings.

Keywords: Digital Divide, Smart Cities, Economics, Local Development, Internet of Things

JEL: D8; D85; R11; R110

Introdução

Este artigo oferece uma visão panorâmica do cenário teórico e político inovador no campo da reflexão e crítica às megalópoles do ponto de vista das tecnologias de informação e comunicação (TICs) emergentes, sobretudo a internet. Propõe inserir a convergência entre TICs e cidades

¹ Economista e sociólogo, é professor da ECA-USP, líder do grupo de pesquisa “Cidade do Conhecimento” (www.cidade.usp.br), coordenador no Brasil do consórcio “Promoting an ICT Dialogue between Europe and América Latina” (www.pro-ideal.eu) e diretor para América Latina da rede internacional “Games for Change” (www.gamesforchange.org.br).

no horizonte prático da construção de “cidades de conhecimento” onde sejam viáveis “habitats de inovação”, ou seja, redes onde a criação de direitos e o empreendedorismo inovador sejam incentivados como parte de uma nova *iconomia* (uma economia de ícones). Partindo do contraste entre os paradigmas de Atenas e Jerusalém, apontamos para essa cidade *iconômica* que se constitui como a internet do futuro, integrando de modo nem sempre transparente as coisas, as pessoas e os símbolos.

A geração de riqueza, renda e emprego ganham valor pela qualidade dos padrões de linguagem por meio dos quais definimos a arquitetura de nossas ideias, espaços e tempos. A nova utopia da cidade digital inteligente requer políticas públicas de inclusão social e inovação que aos poucos conectem as cidades brasileiras aos fluxos de informação, poder e riqueza da internet 3.0.

Cidades Inteligentes e Utopias Digitais

Devemos considerar a internet um direito humano? Um dos criadores da rede, Vint Cerf, publicou no jornal “New York Times” um artigo afirmando o contrário (CERF, 2012). Nos últimos anos, da Estônia à França ocorreu o reconhecimento da internet como um direito civil, com o endosso de agências como as Nações Unidas. Mas Cerf alerta: a internet é habilitadora de direitos (“enabler of rights”), não um direito em si mesma. O pioneiro da tecnologia que permite a existência de redes dá um exemplo didático: o direito ao cavalo. Numa certa época, era indispensável ser proprietário de um cavalo para conseguir sobreviver, ganhar a vida. Mas o direito importante a reconhecer nessa situação é o direito à sobrevivência, não o direito ao cavalo.

“Loosely put, it must be among the things we as humans need in order to lead healthy, meaningful lives, like freedom from torture or freedom of conscience. It is a mistake to place any particular technology in this exalted category, since

over time we will end up valuing the wrong things” (CERF, 2012)².

Interessa identificar e discutir os resultados esperados, tais como liberdade de expressão ou livre acesso a informação. A internet é um meio a ser usado com determinados fins, não uma finalidade em si mesma.

A expansão de direitos é um processo de emancipação, que não se confunde com a inclusão de indivíduos, objetos e processos em formas de controle ou descontrole previamente definidas. A boa rede é a rede aberta a vários meios e formas de propriedade, mas uma rede fechada e controlada como forma de acesso a direitos pode ser apenas aparentemente favorável a uma autêntica expansão de direitos (pode ser uma rede manipulada ou sujeita a padrões de controle menos democráticos e transparentes).

Um posicionamento menos notável, mas com sugestiva força política e muito alinhado ao questionamento de fundo filosófico de Vint Cerf em questões ligadas ao futuro da internet e seu impacto nas cidades e na cidadania, é o artigo que veio à luz no mesmo New York Times em artigo de Thomas L. Friedman sobre os debates entre os republicanos na preparação das primárias de 2012 nos EUA. Depois de alertar para o vazio do debate republicano sobre o futuro dos EUA, Friedman faz uma advertência:

“smart cities can become the job engines of the future, and what is your plan to ensure that America has a strategic bandwidth advantage”³.

A descrição de uma “smart city” vai além do acesso como direito para expressar uma visão da cidade e da cidadania em que o uso das TICs

são o meio para alcançar valores, riquezas, ativos materiais e imateriais aderentes ou consistentes com determinados padrões entre os quais destaca-se a agenda da sustentabilidade em termos globais e também, muito especialmente, da própria sustentabilidade da produção, consumo, distribuição e descarte de bens e matérias-primas, energia e sistemas de apoio associados à digitalização das cidades e de todo o planeta. Até o final de 2012 a Coreia do Sul pretende conectar todos os lares do país à Internet na velocidade de um gigabit por segundo, o que seria 200 vezes mais rápido que a configuração da família média nos Estados Unidos. Seria portanto urgente implantar mais redes de alta velocidade e aplicações em cidades universitárias capazes de habilitar seus habitantes a inventar mais serviços de alto valor agregado e produtos manufaturados por trabalhadores educados, a única maneira de manter uma classe média (FRIEDMAN, 2012).

A qualificação do debate nos EUA sobre a evolução da conectividade para padrões de articulação local das habilidades criativas, tecnológicas e cognitivas (proximidade estratégica a universidades), que denominamos “conectibilidade” (SCHWARTZ, 2005), faz a diferença entre a inclusão digital (mero acesso) e a emancipação digital (empreendedorismo inovador, competitividade e reconfiguração de espaços, tempos e direitos). Mais que direitos, é a própria estratificação social que se vê em questão, com riscos para a sobrevivência não apenas de indivíduos, mas da própria classe média.

A visão da internet do futuro animada por “clusters” (nós da rede) adaptados para produzir inovação sustentável, conhecimento compar-

² “Em termos mais vagos, deve estar entre as coisas que nós como seres humanos precisamos para levar uma vida saudável e significativa, como a proibição da tortura ou a liberdade de consciência. É um erro colocar qualquer tecnologia em particular nesta categoria superior, ou ao longo do tempo vamos acabar valorizando as coisas erradas” (CERF, 2012).

³ “Cidades inteligentes podem se tornar motores do emprego do futuro, mas qual o plano para assegurar à América vantagem estratégica na banda larga?”.

“

A documentação europeia indica também como prioridades a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em temas como “smart energy grids”, “smart factories” e...

”

tilhado e diversidade criativa é uma oportunidade de diferenciação frente a uma internet massificada em que apenas o acesso é relevante como indicador de inclusão social digital.

O conceito de “cidades inteligentes” (“smart cities”) surge também no contexto das políticas públicas europeias. Em 2011, ao divulgar a “Agenda Digital” entre União Europeia e Brasil com a formação de um fundo de 10 milhões de euros para programas de pesquisa, os governos incluíram “smart cities” entre as áreas de interesse e trabalho conjunto (DIGITAL... 2012). A documentação europeia indica também como prioridades a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em temas como “smart energy grids”, “smart factories” e “smart components” (matrizes energéticas, fábricas e componentes inteligentes). Assim como “gestão inteligente de informação” (“intelligent information management”).

Seja na visão norte-americana centrada na convergência entre complexo industrial-militar, inteligência, grandes cidades-universidades e capitais privados (especialmente venture capital de olho nas TICs em áreas como Vale do Silício, Seattle ou Nova York), seja na visão geopolítica europeia de articulação de uma internet do futuro em que as infra-

-estruturas urbanas estarão integral e inteligentemente conectadas, vem para primeiro plano a imagem de uma nova cidadania indissociável da expansão da internet em seu terceiro ciclo de desenvolvimento. Após a internet 1.0, centrada no acesso, e a internet 2.0, focada na interação colaborativa, a internet 3.0 integra as duas camadas anteriores num processo de evolução no processo de digitalização das realidades materiais e dos processos de produção e gestão, resultando na “internet das coisas” mas que em última análise poderia ser igualmente batizada como a “internet das cidades”.

Uma referência de alinhamento corporativo a essas macrotendências é a Telefônica, que no relatório “Smart Cities” (2011) aponta para a internet das coisas como a fronteira de expansão das TICs a afirma que “o século 21 está destinado a ser o século das cidades” (FUNDACIÓN... 2011).

Uma “Smart City” é definida como aquela cidade que usa as TICs para fazer com que tanto sua infraestrutura crítica como seus componentes e serviços públicos oferecidos sejam mais interativos, eficientes e os cidadãos possam ser mais conscientes da existência (das TICs e dos bens públicos, ou seja, potencialmente novos direitos e uma renovação da esfera pública). Outras características associadas às “smart cities” são:

- redução do gasto público,
- melhora de qualidade dos serviços prestados,
- melhora da informação aos cidadãos,
- melhora na tomada de decisões (em especial as que são em “tempo real”),
- a própria plataforma de *Smart City* constitui-se em via para a inovação.

Outra corporação global, a IBM, defende o conceito de “smarter planet”⁴, colocando em destaque o

desafio de criar soluções, produtos e serviços que estejam pautados pela sustentabilidade. A estratégia da IBM segmenta o desenvolvimento dessas cidades nos seguintes eixos temáticos: Governo, Segurança Pública, Saúde, Energia, Tráfego, Educação, Água, Ferrovias e Edifícios. No entanto, a reciclagem e distribuição das TICs não aparece entre os eixos temáticos da IBM, ainda que água, energia e saúde apontem claramente para desafios mais amplos no horizonte da sustentabilidade.

Uma vertente que ganha notoriedade e em boa medida coloca as TICs no centro do processo de desenvolvimento sustentável, ainda que não apenas por critérios ou fatores ligados a tecnologia, é a visão das “cidades criativas”, onde a ênfase recai menos no uso instrumental das redes na gestão de infra-estruturas e ativos tangíveis como prédios ou água potável e toda a atenção desloca-se para o horizonte da “economia criativa” (no Brasil, após quase duas décadas de políticas públicas em favor da economia criativa na Inglaterra, em 2011 o governo Dilma Roussef instituiu uma Secretaria da Economia Criativa no Ministério da Cultura, com previsão de abrir editais para projetos e pesquisas ao longo de 2012). Entre os gigantes corporativos, o Itaú Cultural adotou essa perspectiva e patrocinou a publicação de “Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: Uma Visão dos Países em Desenvolvimento” (FONSECA, 2008). Inicialmente percebida como uma cidade onde vivem muitos artistas, a economia e a cidade “criativas” ganharam um estatuto mais ambicioso, segundo Charles Landry:

Muitas das questões que esses autores e outros ativistas cobriram foram encapsuladas em algumas noções, tais como: “o mundo está mudando rapidamente para fora da era industrial, o que é a sua

⁴ Ver <http://www.ibm.com/smarterplanet/us/en/?ca=v_smarterplanet> e <http://www.ibm.com/smarterplanet/us/en/smarter_cities/overview/index.html>.

forma futura, qual é então o papel das cidades”, “o que é a natureza da competitividade”, “há uma nova economia emergente, o que faz com que pareça que e quais são as fontes de sua criação de riqueza”, “qual é o papel da cultura na revitalização urbana” ou “são artistas e as indústrias criativas os principais catalisadores na criação de lugares mais criativos”, “qual papel os antigos centros industriais como incubadoras de novas indústrias”.. Inicialmente, o conceito de “cidade criativa” foi considerado para ser um lugar onde os artistas desempenharam um papel chave e onde sua imaginação moldaria a aparência de uma cidade. Ao longo do tempo as indústrias criativas, desde a concepção à música, às artes performativas e visuais, mudou-se centro das atenções em discussões como as pessoas consideravam seu papel como um novo driver econômico, como um criador de identidade urbana ou como uma imagem e fator de geração de turismo. Mais tarde, a presença de uma “classe criativa” de grande porte, que inclui o acima, bem como a comunidade de pesquisa e conhecimento nômades era visto como um indicador-chave de uma cidade criativa.

Novamente, observamos que a convergência digital entre urbanismo e TICs inspira visões do surgimento de novas classes, novas inserções no mercado de trabalho (inovação e portanto novas demandas e direitos criados ou afetados).

Os “nômades do conhecimento” seriam os portadores do futuro da cidade criativa e o papel das novas tecnologias é explicitado com menos ênfase, ainda que seja importante fator de conexão entre os processos de urbanização, a chamada economia criativa e a criação de políticas públicas voltadas à geração de novas oportunidades de renda, emprego e investimentos associadas a redes de circulação de informação, comunicação e conhecimento.

Igualmente relevante é a vertente que situa os impactos da convergên-

cia digital sobre o futuro das cidades com base no conceito de “cidades de conhecimento” (“knowledge cities”) (MARA, 2005). A ênfase em conhecimento ou conteúdo, mais que na classificação deste ou daquele segmento ou atividade como criativa, é uma importante linha de pesquisa na literatura especializada em inovação. É o caso dos “media clusters” (aglomerados de mídia), apontados como forma inovadora avançada de promover a convergência de setores empresariais e outros atores econômicos e sociais na construção dos futuros espaços de desenvolvimento humano sustentável com grande ênfase na digitalização (PICARD, 2008). A “cidade de conhecimento” é definida como “a quintessência da cidade pós-industrial”, neste caso o vetor tecnológico e muito especialmente as TICs ganham evidência.

Stanford (Califórnia), Filadélfia (Pennsylvania) e Atlanta (Georgia) são os exemplos clássicos em que a localização geográfica é parte importante da explicação para o sucesso de um lugar ao sol sob a Guerra Fria, o desenvolvimento econômico centrado em universidades e a ação local. Ao contrário de Cerf e Friedman, nessa perspectiva a aglomeração tem como objetivo maior desenvolver alta tecnologia como condição “sine qua non” para a emergência de “cidades de conhecimento” (ao lado de alta potência financeira, controle territorial e proximidade com universidades de alto nível)⁵.

Essa breve revisão da literatura não se pretende exaustiva, mas já indica um leque de opções conceituais com vários pontos de alinhamento e horizontes comuns bastante pertinentes para uma reflexão sobre o futuro da convergência entre cidades e TICs.

A diversidade de perspectivas revela que além da tecnologia e da economia, há questões ontológicas (o

que é um objeto real, quais as formas pelas quais é possível fomentar e organizar a emergência de espaços e tempos híbridos entre analógico e digital, real e virtual) e deontológicas (dimensões éticas da tomada de decisões com base em informação incompleta, natureza dos direitos que se almeja como fins e limites ao uso de diferentes tecnologias como meios para acessar esses direitos) subjacentes à definição das agendas da nova cidadania digital.

A Polis Metafísica: Atenas e Jerusalém

Os vários modelos e ícones de sucesso na emergência contemporânea de cidades renovadas e até reinventadas por meio das TICs provocam no pesquisador e possivelmente no gestor público indagações de ordem metafísica. O que é o Bem? E o Bem Comum? Qual o espaço ou a esfera do “público” e onde é recomendável privatizar, terceirizar ou parcerizar? As novas diretrizes que construirão a cidade a partir da internet 3.0 devem partir de abordagens tecnológicas, culturais ou econômicas?

Há pelo menos duas leituras do que se opõe ao privado no espaço da civilidade: *público X de ninguém*. Este parece ser um dos problemas graves da cidadania urbana contemporânea que se agrava quando ainda estão em disputa, no espaço em tese infinito da realidade virtual, aumentada ou híbrida (a internet 3.0, que combina o real das coisas tangíveis ao quase-caos do mundo virtual), os modos de produção, distribuição, controle, financiamento e regulação. Como no “velho oeste” (metáfora recorrente entre os observadores da “corrida do ouro digital”), os sem-lei e os “fora da lei” confundem-se nas batalhas por tempo, espaço e financiamento nessa nova terra prometida que agora é digital. A polis virtual pode ser

⁵ Em março de 2012, a Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações publicou edital para apoiar projetos de cidades digitais. Ver: <<http://www.mc.gov.br/inclusao-digital-mc/projeto-piloto-cidades-digitais>>

mais virtuosa? Numa era de banda larga vista como infra-estrutura estratégica e liberdade de informação como condição para a criatividade e o empreendedorismo, como lidar com os ataques anônimos, a pirataria, as guerras de patentes e as novas formas de mobilização online para ações em praça pública?

Como as redes digitais que amplificam exponencialmente nossa capacidade de comunicação, informação e conhecimento alteram as fronteiras entre o ser e o não-ser, on e offline, 0 e 1, sim ou não, querer, poder e dever? Qual o significado da vida na cidade e de onde podem surgir referências para o valor do seu desenvolvimento? Em que medida as ontologias e deontologias da vida em cidades antigas revelam dimensões desse urbanismo digital que não sendo propriamente tecnológicas representam, para o gestor de mídias audiovisuais, desafios de ordem não apenas técnica, mas ética e social.

Animadas por “hélices triplas” formadas por empresas, governos e organizações sociais atravessadas por universidades e processos de empreendedorismo inovador em todas as áreas, novas cidadanias poderiam florescer onde há decisiva interveniência de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em infra-estruturas eletrônicas, plataformas e semânticas web, mobilidade e ubiquidade das mídias móveis associadas a espaços físicos, territórios a conquistar, manter ou transformar.

Mas essa observação dos modelos emergentes de digitalização da vida urbana tem um limite que é dado pela consciência das dificuldades de ordem política e metafísica. Frente aos modelos tribais e nômades de organização que já prevaleceram e em boa medida são continuamente recriados na sociedade, o modelo da civilidade, da *civis*, da inteligência cívica exige também um olhar apurado sobre questões de natureza ética, política e também sobre nossas crenças, dentro ou fora da religião.

“**Strauss combate o niilismo alemão em plena Segunda Guerra (1941), associa o militarismo a um moralismo e alerta para as relações entre moralismo e as técnicas de gestão de sociedades fechadas.**”

Platão estabeleceu uma referência fundamental quando argumenta pela possibilidade de “reis-filósofos” governarem a Cidade. O problema ganha atualidade frente à extensão e profundidade, ao caráter imaterial e permanentemente inovador do paradigma digital, exigindo novas respostas para velhas questões como a da realidade do Sujeito, do Objeto, do Espaço, do Tempo e, como adverte Vint Cerf, de novos Direitos Humanos (não simplesmente novas formas de acesso a velhos privilégios e exclusões).

Para articular a análise tecnológica e econômica à dimensão icônica, ideológica, normativa, filosófica é necessário recorrer a autores que pensaram a relação entre política, conhecimento e valores diante de mudanças econômicas e tecnológicas de outras eras, pré-digitais. O diálogo com essa tradição é uma condição necessária para que os mesmos erros, em passado remoto (escavidão) ou na atualidade (ditaduras), sejam evitados – em poucas palavras, é

preciso tomar posição e colocar a relação entre TICs e cidades diante da questão ética e política da resistência à tirania. Quais os nós que amarram em cada cidade a técnica, o poder e o conhecimento? Em que medida recorrer à antiguidade filosófica e teológica pode ajudar a compreender os desafios associados à *existência* das cidades?

Leo Strauss, em textos como “A Cidade e o Homem”, “Sobre a Tirania”, em estudos sobre o Leviatã de Hobbes, a República de Platão ou na crítica ao niilismo alemão tratou de evidenciar a dimensão teológico-política das decisões humanas recorrendo à comparação entre duas cidades icônicas: Atenas e Jerusalém⁶. É a partir da identificação dos valores e modelos políticos cristalizados nesse embate entre cidades clássicas que Strauss combate o niilismo. Na sua visão, o contraponto entre os antigos e os modernos é mais relevante que as diferenças que os antigos tinham entre si⁷.

Strauss combate o niilismo alemão em plena Segunda Guerra (1941), associa o militarismo a um moralismo e alerta para as relações entre moralismo e as técnicas de gestão de sociedades fechadas. O motivo último e subjacente ao niilismo alemão é essa “conexão”, de tal sorte que o próprio niilismo é um protesto moral contra os princípios da civilização moderna (não-tribal, não-nômade e aberta).

Mas, o que é o niilismo? Para Strauss, é a rejeição dos princípios da civilização enquanto tal, ou seja, a “cultura consciente da razão humana, isto é, ciência e moral” (o “e” em negrito é uma ênfase original do autor). A peculiaridade alemã foi

⁶ Strauss (1948, 1949) e Hynes (1999). A origem mais remota da comparação é o Papa Tertuliano, no início do Século III, que resumiu a incompatibilidade entre Hebraísmo e Helenismo no mote “Quid Athenae cum Hierosolymis?” (“O que tem Atenas a ver com Jerusalém?”), a Bíblia também evoca a reconstrução do Templo de Jerusalém em pleno domínio helenístico, em especial no livro do Profeta Zacarias.

⁷ Classicismo, modernismo e pós-modernismo são denominações genéricas que permeiam o debate cultural e político contemporâneo mas também evocam querelas similares ao longo da história.

pretender controlar a abertura essencialmente moderna e urbana à cultura da razão por meio da manipulação da propaganda criada em torno de ícones de uma moral pré-moderna, tribal e romântica (idolatria de ícones medievais e tribais arianos).

A comparação entre Jerusalém e Atenas é, na obra de Strauss, uma expressão positiva desse pensamento ético e ao mesmo tempo histórico que examina com tanta propriedade a dimensão imaterial da vida social, essência da política que não se reduz à técnica ou a pura mecânica (à moda hobbesiana). Se até o niilismo tem sua “moral”, então é na explicitação positiva dos compromissos com a razão e a moral que deve estar fundado o bom governo da Cidade (o que não significa retornar ao Platão dos reis-filósofos nem acreditar que o papel dos filósofos seja fazer política ou inspirar revoluções ou golpes).

A busca desses ícones da urbanidade (ou civilidade) no mundo clássico revela que o bom governo depende sim de uma tecnologia (ou seja, uso racional de meios para atingir determinados fins) mas deve fundar-se no horizonte da civilidade, de uma cidadania que se afirma não por razões culturais ou míticas e sim porque as regras da conduta humana são ordenadas a partir de **direitos**.

Leo Strauss e Vint Cerf, portanto, certamente concordariam ao dizer que a internet **não** é um direito humano mas é a partir de uma perspectiva humanista fundada em direitos que se pode avaliar os benefícios e riscos da internet nas cidades livres. O direito (“rule of law”) é a base da civilização moderna. TICs em cidades produzirão resultados virtuosos se além das dimensões tecnológicas e econômicas houver a devida consideração pelos direitos humanos envolvidos ou necessários para que ocorra o uso e a difusão adequadas e sustentáveis das novas tecnologias digitais.

Resta saber qual a fonte de conhecimento para dar conta desses direitos. O império da civilização

digital, que em boa medida é a herança tecnológica do próprio império anglo-saxão no planeta (ou seja, exatamente o que Leo Strauss identifica à “civilização moderna”), não pode basear-se em critérios que não respeitem a máxima “regere imperio populos” que vem da Eneida de Virgílio: a sustentabilidade do império, ou seja, da civilização sobre o tribalismo e a barbárie, repousa sobre o direito⁸.

O contraponto entre razão, revelação e niilismo forma portanto o tríptico metafísico diante do qual exemplos ou ícones de cidades são contrapostos. O contraponto entre Jerusalém e Atenas é também o conflito entre paradigmas da organização social como tribalismo e cidadania, enquanto o nomadismo tem como projeto moral um desenraizamento que facilmente se associa aos niilismos de todo matiz. As três orientações estão presentes nas principais visões contemporâneas sobre a relação entre cidades, poder e tecnologias de informação e comunicação.

É a partir desse contraponto entre matrizes filosóficas que podemos retomar a questão dos impactos das TICs nas cidades, ou seja, das conexões possíveis entre inteligên-

cia, conectividade e criatividade na evolução dos tempos e espaços urbanos mediados por redes digitais cuja existência e sustentabilidade depende dos compromissos e responsabilidades assumidas pelos cidadãos no campo da racionalidade e da moralidade. No mundo das redes digitais, esses compromissos tornam-se mais difusos, surgem novos direitos e riscos, é recorrente a recaída niilista numa perspectiva nômade ou tribal (a internet surge como fronteira onde também se revelam indivíduos “sem terra” (virtual), “sem banda larga” ou condenados a navegar eternamente apenas onde é “terra de ninguém”. A mobilidade, a ubiqüidade e a virtualidade dos espaços digitais contemporâneos abrem oportunidades e criam riscos para os novos “nômades”.

Os fluxos de informação livre redesenham fronteiras entre real e virtual, territorial e cosmopolita, local e global. As grandes cidades tornam-se referência hoje não apenas pelo tamanho do território ou pujança da infra-estrutura física mas pelo impacto que os eventos locais podem alcançar quando se associam ao uso estratégico de novas

⁸ “*Excudent alii spirantia mollius aera (credo equidem), vivos ducent de marmore vultus, orabunt causas melius, caelique meatus describent radio et surgentia sidera dicent: tu regere imperio populos, Romane, memento (hae tibi erunt artes), pacisque imponere morem, parcere subiectis et debellare superbos*”. Em inglês: “*Others may fashion more smoothly images of bronze (I for one believe it), evoke living faces from marble, plead causes better, trace with a wand the wanderings of the heavens and foretell the rising of stars. But you, Roman, remember to rule the peoples with power (these will be your arts); impose the habit of peace, spare the vanquished and war down the proud!*”. Em Português: “O orto e sidério curso: tu, Romano, cuida o mundo em reger; terás por artes a paz e a lei ditar, e os povos todos poupar submissos, debelar soberbos.” Virgílio, Eneida, VI, 847-853 em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eneida.html>. Ainda López (2008). Na Eneida, o império romano aparece como portador da Providência e portanto é uma referência clássica no pensamento da política no limite entre razão e revelação, pacificação e submissão, regulação e domínio. O “predicamento teológico-político” é essencial nas leituras que Strauss faz de Spinoza e Hobbes.

⁹ Schuler, D. (2008), Schwartz (2008) e Rybczynski, W. (2009) promovem uma aproximação entre design de edificações e de softwares, assim como defensores de padrões de “smart growth”.

¹⁰ Oldenburg, R. (1989) e Gooltz, F. (2007). O “public place” tem conexões com o “pub” anglo-saxão e outras práticas de convivialidade e hospitalidade. No Brasil, autores como André Lemos associam essa civilidade a uma “cidade-ciborgue” e ao nomadismo foucaultiano (portanto em boa medida nihilista e pós-nietzscheano) para o qual “o deslocamento das relações entre o tempo e o espaço é a causa da inquietude presente” Lemos (2008).

mídias. As conseqüências políticas dessa dimensão digital da civilidade tornam-se evidentes, por exemplo, no uso de celulares e da internet no Oriente Médio como alavancas da mobilização. Cada vez mais os fenômenos políticos locais ganham dimensão global na medida em que se articulam ao uso das novas mídias.

Além de Atenas e Jerusalém, portanto, seria possível a partir do século 21 vislumbrar uma inteligência cívica habilitada a tecer padrões de informação, comunicação e produção de conhecimento e consciência à maneira de “language patterns” (padrões de linguagem) que evocam a convergência entre a filosofia do design arquitetônico de Christopher Alexander e uma possível nova utopia animada pela síntese tríplice entre razão (a tecnologia e a economia), moral (religião e cultura) e liberdade (criatividade e mobilidade, nomadismo sem niilismo).

Mais que “inteligente”, “criativa” ou “tecnológica”, importa saber se a cidade digital é democrática, ou seja, se o potencial de ordenamento racional é permeável às redes onde se afirmam contínua e cotidianamente à fluidez (mobilidade, nomadismo, flexibilidade) e à inovação técnica, simbólica e social incessante que se revela em padrões de linguagem em sistemas abertos (SMITH, 2010). Nessa perspectiva, a cidade digital que anima uma nova política é favorável à convergência entre razão, crenças e incertezas criativas (só sei que nada sei, portanto preciso agir). Integrando por meio da síntese entre técnica e cultura o local e o global, a cidade digital é um “terceiro espaço”, uma terceira cidade que promove vidas criativas, ambientes sustentáveis e politicamente emancipatórios.

Esse potencial de desenvolvimento é sublinhado por Ray Oldenburg, sociólogo do urbanismo pioneiro na valorização dos “lugares de aglomeração pública informal” (“informal public gathering places”)¹⁰ assim como nas pesquisas de Manuel Castells, que tem ressaltado os efei-

tos econômicos, sociais e culturais da difusão da comunicação com dispositivos móveis sobre fluxos e estruturas da vida cotidiana (tais como os “smart mobs”) (CASTELLS, 2005). Esse “terceiro lugar” sobrepõe-se digitalmente ao domicílio (o primeiro lugar) e ao local de trabalho (o segundo espaço existencial).

Embora seja impertinente confundir o “terceiro espaço” sugerido por Alexander e o “terceiro lugar” de Oldenburg, é evidente que há entre as duas terceiridades um desafio comum de superação da oposição absoluta entre razão e improvisação, sistema e anarquia (sem cair no niilismo), padronização para ganhos de eficiência e sustentabilidade mas também abertura para a reinvenção ou recombinação até mesmo lúdica dos padrões de linguagem abertos a processos de conexão e diversificação de interfaces inspirados pela valorização convergente de racionalidade, moralidade e criatividade.¹¹

Conclusão: Globalização Pós-Tribal e Ocupações (Digitais e Reais)

No Brasil e no mundo, desponta a internet 3.0, o desenvolvimento humano é cada vez mais fruto de uma inteligência individual e coletiva que rompe fronteiras nacionais, territoriais e até emocionais. Cidades inteligentes e criativas, redes sociais e desafios aos padrões de propriedade intelectual, geração de lucro e governança ocupam nosso cotidiano. Estamos nos transformando em seres sociais, semicorpos tecnológicos que se alimentam da imersão audiovisual na vida digital.

Seja pela ampliação do acesso a informação, comunicação e conhecimento, seja pelas inúmeras novas formas (positivas e negativas) de

“
No entanto, muitos se apegam à ocupação do espaço físico, do território, do que parece ainda ser “real” ou controlável pela lógica tradicional das políticas públicas.”

colonizar o espaço virtual ou transformá-lo em campo de batalha pela transformação do mundo, ocupar o digital é hoje condição de sobrevivência para indivíduos, grupos, empresas e governos.

No entanto, muitos se apegam à ocupação do espaço físico, do território, do que parece ainda ser “real” ou controlável pela lógica tradicional das políticas públicas. É o que se observou na última década na cidade e no estado de São Paulo, cujas políticas de inclusão digital foram ditadas pelo lado da oferta. Saberemos enfrentar esse desafio sem cair na tradição perversa da gentrificação, da destruição de direitos e do descompromisso com o legado de intervenções brutais no espaço urbano?

Qual o valor agregado a uma cidade pela preservação e digitalização de suas memórias? Como as novas mídias reagem ou interferem nos interesses e redes que reconfiguram os tecidos urbanos contemporâneos?

Esses são desafios que nossas autoridades, lideranças e mesmo algumas das melhores inteligências

¹¹ Ver Schwartz, G., Novas Tecnologias, Distribuição e Visibilidade – Da Economia à Iconomia: O Valor do Intangível, in Reis, A.C.F., Deheinzeln, L., Cadernos de Economia Criativa: Economia Criativa e Desenvolvimento Local, SEBRAE-Governo do Espírito Santo, acessado em <http://vix.sebraees.com.br/arquivos/biblioteca/Cadernos%20de%20Economia%20Criativa.pdf>

acadêmicas e culturais ainda não enfrentaram. Para construir a sociedade em rede, não basta comprar máquinas ou estender cabos e redes sem fio por “telecentros” ou “info-centros”, com ou sem software “livre”. É preciso saber o que fazer para bem ocupá-las e bem governá-las. É urgente debater resultados assim como produzir mais informação de qualidade sobre usos e demandas para enfim delinear uma agenda de inclusão digital sustentável, democrática e racional. Sem essa política, nossa maior cidade não apenas ficará aquém de uma nova etapa da história do capitalismo como também perderá oportunidades de renovação dos horizontes de desenvolvimento humano, ampliação da liberdade e promoção da criatividade. Sem nos apropriarmos do digital não vamos dar conta do real.

Referências

- Castells, M.; QUI, J. L.; ARDEVOL, M. F.; SEY, A. **Smart Mobs**. Boston: MIT Press, 2005. Disponível em: <www.smartmobs.com/archive/2005/07/10/manuel_castells.html>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- DIGITAL Agenda. **EU and Brazil strengthen ties with €10 million joint ICT field research programme**, 2012. Disponível em: <<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/1316&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- FONSECA, A.C. **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: Uma Visão dos Países em Desenvolvimento**, Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <http://www.garimpodesolucoes.com.br/downloads/ebook_br.pdf> Acesso em: 7 jan. 2012.
- FRIEDMAN, T. So Much Fun. So Irrelevant. **New York Times**, 3 jan. 2012. Acesso em: 7 jan. 2012. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2012/01/04/opinion/friedman-so-much-fun-so-irrelevant.html?_r=1&src=tp#h\[WaaAtt,5\]](http://www.nytimes.com/2012/01/04/opinion/friedman-so-much-fun-so-irrelevant.html?_r=1&src=tp#h[WaaAtt,5])>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- FUNDACIÓN TELEFÓNICA. **El siglo XXI está llamado a ser el siglo de las ciudades**, Presentación, Smart Cities-El Primer Paso Hacia la Internet de las Cosas, Ed. Ariel, 2011.
- CERF, Vinton G. Internet Access is Not a Human Right, **NYTimes**, 4 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/01/05/opinion/internet-access-is-not-a-human-right.html>>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- GOOLTZ, F. **The Internet as Third Place**. Disponível em: <<http://www.advomatic.com/thirdplace>>. Acesso em: 10 fev. 2007
- FUNDACIÓN TELEFÓNICA. **El siglo XXI está llamado a ser el siglo de las ciudades**, Presentación, Smart Cities-El Primer Paso Hacia la Internet de las Cosas, Ed. Ariel, 2008.
- HYNES, D. Reading Strauss, **Animus – The Canadian Journal of Philosophy and Humanities**, v. 4, 1999. Disponível em: <<http://www2.swgc.mun.ca/animus/Articles/Volume%204/Volume%204%20Complete.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- LEMONS, A. A. Flash mobs e Smart mobs: uma análise do cenário das metrópoles contemporâneas, **Andrelemons**, ano 8, v 1, n. 65, jan./fev. 2008. Disponível em: <http://andrelemons.info/404nOtF0und/404_65.htm>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- LÓPEZ, R.O. La idea imperial em Virgilio. In: **Espacio, Tiempo; Forma**, 2008. Serie II, Historia Antigua, t. 21. Disponível em: <<http://espacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFserieII-2008-21-3120&dsID=Documento.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- MARA, M.P. **Cities of Knowledge – Cold War Science and the Search for the Next Silicon Valley**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.
- OLDENBURG, R. **The Great Good Place, Cafes, Coffee Shops, Bookstores, Bars, Hair Salons, and Other Hangouts at the Heart of a Community**. New York: Paragon House, 1989.
- Picard, R.G. Media Clusters: Local Agglomeration in an Industry Developing Networked Virtual Clusters, **JIBS Working Paper Series**, 2008. Disponível em: <<http://www.robertpicard.net/PDFFiles/mediacusters.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- RYBCZYNSKI, W. Do You See a Pattern? **Slate**, 2009. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/arts/architecture/2009/12/do_you_see_a_pattern.html> Acesso em: 2 dez. 2009.
- SCHULER, D. Liberating Voices – A Pattern Language for Communication Revolution. **Public Sphere Project**, MIT Press, 2008. <<http://www.publicsphereproject.org/patterns/pattern-table-of-contents.php>>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- SCHWARTZ, G. Digital Emancipation. In: SHULER, Doug. (Org.). **Liberating Voices – A Pattern Language for Communication Revolution**. Boston: 2008, v. 1, p. - 10.
- SCHWARTZ, G. In: LANDI, R. **FAPESP, Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado de São Paulo**, 2005, Capítulo 10, Tecnologias de Informação e Comunicação e Redes Digitais. <http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume2/indicadores_vol2.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2012.
- SMITH, S. **The Architecture of Sharing**, 2010. Shareable: Cities. Disponível em: <<http://shareable.net/blog/the-architecture-of-sharing>>. Acesso em: 20 ago. 2010.
- STRAUSS, L. (1948, 1949), **The City and Man**. (Based on the 1962 Page-Barbour lectures.). Chicago: Rand McNally, 1964.